

“Parlamentarismo já” une poucos dos adversários de José Sarney

por José Casado
de Brasília

O País entrou no rumo do parlamentarismo. A questão é a definição de quando isso ocorrerá, de forma efetiva. Há uma parcela reduzida de líderes políticos, especialmente no Congresso Nacional, que deseja a implantação imediata desse regime de governo, isto é, no começo do próximo ano, dias depois de conhecido o resultado da eleição presidencial. Na Constituição, porém, há um artigo determinando um plebiscito para 1993.

Quatro propostas diferentes começam a tramitar no Congresso, nesta semana. Uma, do deputado Afif Domingos, candidato do Partido Liberal à Presidência da República, propõe o início para o próximo dia 2 de janeiro. Outras duas, dos deputados Adroaldo Streck (sem partido) e Moema Santhiago (PSDB), estabelecem o começo entre 13 e 15 de janeiro. Uma quarta, da deputada Sandra Cavalcanti (PFL), fixa em 12 de fevereiro de 1991 ou a qualquer momento que o futuro presidente achar necessário, diante de uma comoção política nacional.



Afif Domingos

Nenhuma delas, por enquanto, tem a simpatia da maioria dos líderes do Congresso. Mas, juntas, ampliam um debate que, na vida real, permeia toda a crise política que o País enfrenta neste ano de sucessão presidencial: o confronto permanente entre um Legislativo com poderes constitucionais muito ampliados e um Executivo enfraquecido, constitucional e politicamente.

Os defensores dessas propostas baseiam sua argumentação na previsão da chegada do “caos” político, econômico e administrativo, daí a diferença de

prazos que sugerem para implantação. “Em outubro, poderemos ter o caos”, acha, por exemplo, o deputado Afif Domingos, segundo relata o editor Cláudio Kuck. E preciso dar essa saída ao futuro presidente, argumenta a deputada Sandra Cavalcanti.

A Constituição, produzida com um nítido viés parlamentarista, se soma às propostas da maioria dos candidatos à sucessão do presidente José Sarney, que defende o parlamentarismo.

Entre eles, estão Fernando Collor de Mello, Mário Covas, Luis Inácio Lula da Silva, Afif Domingos e, mais discretamente, Ulysses Guimarães. Leonel Brizola, tradicional adversário da tese, já começou a admitir essa hipótese: “O que diferencia um governo é o modelo econômico, não o regime”, tem repetido.

O problema é que alguns parlamentares acham que esta é uma saída para a crise imediata. “É uma proposta ruim”, classifica Ulysses. “Descabida”, diz Lula. “Seria um golpe parlamentar”, observa o deputado Miro Teixeira, do PDT, seguido por seu colega de partido, senador Má-

rio Maia: “Seria um golpe branco”. Ou, na avaliação do senador Marcondes Gadelha (PFL), líder do governo, “uma loucura”.

A discussão sobre a redução do mandato de cinco anos do presidente Sarney foi reaberta por iniciativa do líder governista na Câmara, deputado Luiz Roberto Ponte, e repercutida por um artigo do ex-presidente Jânio Quadros, no começo desta semana.

Ambos, porém, até agora, só conseguiram provocar dois tipos de reações. Uma do presidente Sarney que, em público, está reafirmando uma vez ao dia (ontem de novo, ver matéria na página 7) sua intenção de ficar no poder até o último dia. Outra foi uma curiosa união de alguns dos muitos adversários do governo. O deputado Paulo Paim (PT) acabou fazendo coro, por exemplo, ao governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), e ao deputado Amaral Neto (PDS), na defesa da ideia de implantar o parlamentarismo já, como forma de retirar o presidente Sarney do Planalto imediatamente. No dia seguinte, conforme o argumento deles, a crise estaria resolvida.